

Diário do Legislativo de 10/08/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adatao - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Mesa da Assembléia

1.3 - Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

2.2 - Comissão

3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 10/8/99

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 263/99, do Deputado Amílcar Martins, em que solicita informações à Secretaria de Administração sobre os critérios utilizados no recolhimento de ambulâncias cedidas a entidades por meio de convênio com o Governo do Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 267/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, solicitando à Secretaria da Fazenda o envio a esta Casa de nota técnica referente ao Projeto de Lei nº 42/99 que dispõe sobre critérios para apuração do Valor Adicionado Fiscal para fins de distribuição do ICMS a municípios, com as informações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 270/99, da Comissão de Administração Pública, em que solicita ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais o envio a esta Comissão de fitas de vídeos contendo gravações do movimento grevista de membros daquela corporação ocorrido no ano de 1997. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 273/99, da Comissão de Direitos Humanos, pedindo ao Diretor-Geral do DER-MG informações sobre o impacto financeiro que a medida contida no Projeto de Lei nº 69/99, que estende o benefício do passe livre no transporte coletivo intermunicipal ao acompanhante do portador de deficiência física, mental ou visual e ao aposentado por invalidez permanente, poderá ocasionar. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 277/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que solicita ao Secretário da Fazenda estudo técnico sobre o impacto financeiro-orçamentário decorrente do Projeto de Lei nº 67/99, que objetiva alterar a alíquota do ICMS incidente sobre operações de fornecimento de energia elétrica para consumo residencial para 15%. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/99, do Deputado João Paulo e outros, que dá nova redação ao inciso V do art. 170 da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 6/99, do Deputado Wanderley Ávila e outros, que dá nova redação ao inciso III e acrescenta parágrafo ao art. 184 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição da proposta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 4/99, do Deputado Marcelo Gonçalves, que altera a composição da Região Metropolitana de Belo Horizonte, de que tratam os arts. 7º e 21 da Lei Complementar nº 26, de 14/1/93. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opinou por sua aprovação. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Assuntos Municipais que opina pela rejeição da Emenda nº 1 ao Substitutivo nº 1, e pela aprovação do Substitutivo nº 2.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 154/99, do Governador do Estado, que altera a redação do art. 6º da Lei nº 11.406, de 28/1/94, que reorganiza a autarquia Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais, introduz alterações na estrutura orgânica de Secretarias de Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opinou por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública que opina pela aprovação da Emenda nº 3, ficando prejudicada a Emenda nº 2, da Comissão de Administração Pública, e pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13/99, do Deputado João Leite e outros, que acrescenta à Constituição do Estado o art. 300 e suprime o inciso I do art. 139. A Comissão Especial opina pela rejeição da proposta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 18/99, do Deputado Ambrósio Pinto, que aprova convênio celebrado entre os municípios de Visconde do Rio Branco e São Geraldo para modificação de limite territorial. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 371/99, do Deputado Chico Rafael, que institui, no âmbito do Estado de Minas Gerais, a Semana de Combate à Violência. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 90/99, do Deputado Miguel Martini, que institui o selo de fiscalização dos atos notariais e de registro e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 181/99, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a Justiça de Paz. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, apresentadas pela Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 204/99, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Machado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com as Emendas nº 1, 3 e 4, da Comissão de Justiça; pela rejeição da Emenda nº 2, da referida Comissão, e com as Emendas nºs 5 a 7, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, 3 e 4, apresentadas pela Comissão de Justiça, e 5 a 7, da Comissão de Meio Ambiente; e pela rejeição da Emenda nº 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 221/99, do Governador do Estado, que estabelece competência do IPSEMG para arrecadar e aplicar contribuições sociais. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão do Trabalho opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão do Trabalho, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 262/99, do Deputado Márcio Cunha, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Universidade do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 264/99, do Deputado Agostinho Silveira, que revoga o art. 2º da Lei nº 13.167, de 20/1/99, que estabelece normas para concurso público promovido pelo Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 274/99, do Deputado Agostinho Silveira, que dispõe sobre o Programa de Atendimento Voluntário aos alunos com deficiência na aprendizagem escolar. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 361/99, do Governador do Estado, que revoga dispositivo da Lei nº 12.237, de 5/7/96, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 10/99, do Deputado Dilzon Melo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varginha o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 8ª reunião Ordinária da mesa da Assembléia, a realizar-se às 9 horas do dia 10/8/99

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Projeto de Projeto de Resolução nº 469/99, da Mesa da Assembléia; Requerimentos nºs 343/99, da Comissão de Direitos Humanos, e 367/99, do Deputado Gil Pereira.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 10/8/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 104/99, do Deputado João Batista de Oliveira; 127/99, do Deputado Rogério Correia; 295/99, do Governador do Estado; 230/99, do Deputado João Batista de Oliveira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 462/99, do Deputado João Paulo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 11/8/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 108/99, do Deputado Gil Pereira; 299/99, do Deputado Carlos Pimenta; 373/99, do Deputado João Leite.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 470 a 498/99, do Deputado João Leite.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 11/8/1999

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a melhoria da qualidade do leite produzido no Estado, com a implantação de tanques de expansão e ordenha mecanizada nas fazendas; a instituição de preço mínimo para o produto e medidas que visam a garantir a presença do pequeno produtor no mercado.

Convidados: Presidente da Associação dos Produtores Rurais de Monjolos, Prefeito Municipal de Monjolos, Prefeito Municipal de Buenópolis, Presidente do Conselho de Desenvolvimento Rural de Buenópolis, Presidente da FAEMG, Presidente da Cooperativa Central dos Produtores Rurais (Itambé), Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Curvelo, Presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Estado de Minas, Presidente da Agropecuária Minas Rancho (D.Vaca), Presidente da Comissão Nacional do Leite.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 15 horas do dia 11/8/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos n.ºs 504 e 505/99, do Deputado Rogério Correia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 15 horas do dia 11/8/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento n.ºs 499/99, do Deputado Hely Tarquínio; 509/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 510/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 512/99, da Deputada Elaine Matozinhos; 513/99, da Deputada Elaine Matozinhos; 514/99, da Deputada Elaine Matozinhos; 515/99, do Deputado Wanderley Ávila.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 12/8/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 9 horas do dia 10/8/99, destinada à realização do debate "Democracia e Exclusão Social", terceiro evento do Fórum "Políticas Macroeconômicas Alternativas para o Brasil".

Palácio da Inconfidência, 9 de agosto de 1999.

Anderson Adatao, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial do Cólera no Vale do Jequitinhonha

Nos termos regimentais, convoco os Deputados César de Mesquita, Doutor Viana, Djalma Diniz e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/8/99, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir, em audiência pública, a liberação de recursos para a solução do problema do cólera no Vale do Jequitinhonha. Convidados: Cabo Júlio, Danilo de Castro, Eduardo Barbosa, José Militão, Marcos Lima, Maria Elvira, Nilmário Miranda, Osmânio Pereira, Rafael Guerra, Romeu Queiroz, Saraiva Felipe e Vittorio Mediolli, Deputados Federais; Srs. Chauce Chequer Filho, Nilzete Moreira Oliveira e Ricardo Mendes Pinto, respectivamente, Prefeitos Municipais de Almenara, Itaobim e Pedra Azul; Rogério Rocha Rafael, Presidente da Associação Microrregional do Médio Jequitinhonha - AMEJ -; Roberto Grapiúna, Presidente da Associação Microrregional do Baixo Jequitinhonha - AMBAJ - e Ronaldo Mota Dias, Presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE - AMAMS.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 1999.

Arlen Santiago, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

55ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 3/8/99

O Deputado Antônio Andrade* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de falar a respeito da política econômica do Governo Federal.

O grande acontecimento a que assistimos no mês de julho último foi o anúncio do novo ministério, feito por S. Exa. o Presidente da República. Aguardada com justa ansiedade - afinal, a esperança é a última que morre, e o povo brasileiro sempre espera que as coisas melhorem -, a composição do gabinete decepcionou. Nada acrescentou de positivo, apenas incluiu alguns novos nomes, todos eles alinhados com a nefasta orientação política e econômica do Governo Federal.

O comportamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso durante o processo de formação do ministério foi típico: na escolha dos Ministros, primou S. Exa. pela indecisão - todos sabemos que a capacidade de decidir não é seu forte - e, por fim, ao fazer a comunicação oficial, deu aula de prolixidade e insegurança.

Ao declarar que não permitiria futricas e disputas pelo poder no novo Ministério, não correspondeu à postura madura e sóbria que dele esperávamos. Porque "futrica", convenhamos, não é termo compatível com a dignidade do supremo magistrado da Nação, o qual, por outro lado, reconhece que em seu Governo os Ministros ficam futricando, e não trabalhando.

A sociedade brasileira não se surpreendeu com a falta de autoridade do Presidente. Afinal, se seus auxiliares estivessem empenhados na solução dos problemas nacionais, e não em atizar a fogueira de vaidades, seria outro o panorama socioeconômico. No entanto, para infelicidade nossa, nunca o quadro esteve tão preocupante.

Apregoa o Presidente que a inflação está controlada. Esse tem sido o grande trunfo que, inclusive, garantiu-lhe a reeleição. Entretanto, a população sabe que a realidade é diversa: do pobre à classe média, todos estamos sofrendo no bolso com o contínuo aumento de preços.

Nesse particular, o Governo é o primeiro a dar o mau exemplo, permitindo que as tarifas públicas e o preço dos combustíveis subam em percentuais muito acima do índice médio da inflação. Em contrapartida, os salários permanecem congelados, o poder de compra diminui, a recessão nos mostra sua face mais sombria com o crescente desemprego.

Temos em mãos alguns dados fornecidos pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE -, sobre a variação do Índice do Custo de Vida - ICV - e, especificamente, sobre a elevação das tarifas públicas, nos últimos cinco anos. São informações insuspeitas - todos conhecemos o profissionalismo e a isenção com que trabalha o DIEESE - e que confirmam nossa afirmativa: o controle da inflação é uma das muitas balelas com que nos têm brindado o Presidente e sua corte de tecnocratas e "pseudogênios" da economia.

Vejamos alguns desses dados estatísticos, relativos ao período de julho de 1994 a junho de 1999, os quais comprovam a necessidade urgente de se rever o modelo econômico que nos penaliza: o ICV acumulado no período chega a 116,75%; no item "eletricidade", o aumento acumulado vai a 101,82%; dentro do período, e nos últimos 12 meses, a CEMIG, para fazer face aos custos em elevação, foi forçada a aumentar suas tarifas em 26,21%; no item "água - esgoto", o aumento acumulado foi de 125,03%; aí se inclui o reajuste de 6,9% que, entre nós, a COPASA foi forçada a fazer, em junho de 1998; o item "telefone" nos reserva algumas constatações sintomáticas: o aumento acumulado, no período de cinco anos, foi de 532,31%; a TELEMIG, em maio de 1997, havia aumentado suas tarifas em 18,18%, não as reajustando em 1998; já em junho último, com a privatização e a entrada em cena da famigerada TELEMAR, as tarifas sofreram aumento de 7,99%.

No item "medicamentos", setor que é, por sinal, dominado por empresas multinacionais, o aumento acumulado chega a 145,64%; o item "combustível", finalmente, mostra-nos que o aumento médio acumulado chega a 80,35%; com a desvalorização do real, os preços deram um salto: entre dezembro do ano passado e junho deste ano, a gasolina subiu 63,34% e o gás liquefeito de petróleo foi reajustado em 81,33%; apenas em junho último, o preço dos combustíveis subiu 18%! O gás liquefeito, que é usado pelos pobres que ganham um, dois ou três salários mínimos, teve um aumento, em apenas seis meses, de 81,33%. E o combustível só não teve um aumento maior nesses últimos dias, porque os caminhoneiros, já insatisfeitos, não suportando mais a carga, manifestaram-se.

Enquanto os preços dispararam, os salários encolhem. Não nos deixa mentir a variação verificada no salário mínimo, desde a implantação do Plano Real. Assim é que, em julho de 1994, o salário mínimo era de R\$64,79 e, em maio deste ano, foi reajustado para R\$136,00. Quer isso dizer que o reajuste acumulado foi de pouco mais de 102% em cinco anos. Do ponto de vista estritamente técnico, houve uma perda salarial de 14%, já que o custo de vida subiu 116%. Na prática, como os preços não sobem uniformemente e os aumentos maiores afetam os artigos essenciais, a perda foi infinitamente superior.

O valor do salário mínimo, aliás, leva-nos a fazer algumas considerações. Trata-se de uma vergonha nacional, ainda mais ao observarmos que seu reajuste, entre 1998 e 1999, foi de apenas 4%. A vergonha é tanto maior quando notamos que o salário corresponde a míseros US\$75,00, sendo um dos mais baixos de todo o mundo. Aliás, em termos de moeda, o salário era de, aproximadamente, US\$110,00 em janeiro, tendo havido uma redução de US\$35,00 desde então.

Para os que ganham acima do salário mínimo, a situação não é melhor: os vencimentos estão congelados, mas a carga tributária e a pressão inflacionária aumentam sempre. Isso para os privilegiados que ainda têm emprego, porque a taxa de desocupação, em algumas regiões metropolitanas brasileiras, chega a 20% da força de trabalho.

Enquanto isso, perguntamos o que fazem o Presidente Fernando Henrique Cardoso e seus auxiliares, além de reconhecer a existência de "tricas e futricas". Insistem na dilapidação do patrimônio nacional, com as privatizações sem critério e sem lisura: a última ameaça que paira sobre nós, nesse setor, é a pretendida privatização de Furnas e dos recursos hídricos. Continuam a endividar o País, com novos empréstimos contraídos via FMI, que são direcionados para o pagamento de juros elevados ao capital especulativo internacional. De dentro de suas redomas em Brasília, assistem, impassíveis, ao aumento do desemprego e da delinquência, bem como à falência dos sistemas públicos de saúde e de educação. Para culminar, permitem que a própria soberania do Brasil seja posta em jogo, com a contínua e crescente interferência das potências estrangeiras em nossos assuntos internos.

Nunca é demais repetir que os modelos político e econômico brasileiros devem ser urgentemente revistos. Politicamente, não mais se admite que um poder central tirânico ponha e disponha segundo a vontade unilateral do Presidente, com o enfraquecimento de Estados e municípios e a transformação do Congresso Nacional em palco para o exercício de fisiologismos. E, do ponto de vista econômico, o modelo neoliberal - hoje renegado pela grande maioria das nações - já nos causou estragos que nem uma geração inteira conseguirá reparar. Portanto, não há mais como discutir e protelar sua substituição por modelo que contemple o desenvolvimento e os projetos sociais.

Já tivemos oportunidade, em ocasiões anteriores, de ocupar esta tribuna para apontar as distorções que o Governo da União vem-nos impondo. Pois hoje o fazemos de novo, conclamando esta Casa e o povo de Minas Gerais para que não esmoreçam na luta aqui começada: vamos batalhar, com todas as forças, para sair desse impasse político e dessa anarquia econômica em que um governo inconsciente nos lançou.

Nesses últimos dias, os caminhoneiros deram a demonstração da insatisfação geral do País. Sem nenhum líder nacional que pudesse liderar essa greve dos caminhoneiros, eles pararam todo o País, demonstrando que chega, que é a hora de dar um basta. Nesta Casa, há 77 Deputados, responsáveis e interessados pelo bem comum do Estado e do País. Não podemos mais ficar quietos e calados, esperando a falência total de nosso Estado e de nosso País. Conclamo a todos para que se manifestem com relação a essa questão. Se não nos manifestarmos agora, não teremos, no futuro, o que falar. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ivo José - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, gostaríamos de registrar, nesta oportunidade, a conquista, por parte da população da cidade de Pingo-d'Água e das pessoas das cidades próximas da Fazenda Sacramento, que, no dia 14 de julho, foi disponibilizada para a reforma agrária, através de um decreto do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a fim de que as famílias a utilizassem. Acompanhamos a luta dessas famílias, em outros acampamentos, nas regiões do Vale do Aço e do rio Doce. Então, podemos afirmar que foi muito importante esse resultado, não como uma dívida do Governo Federal, pois foi uma conquista proveniente de muita batalha do INCRA. Na verdade, essa vitória é apenas uma etapa do processo, porque a batalha não termina na conquista da terra, pois as famílias precisarão de muito apoio e de recursos que ainda não estão disponíveis nos programas do Governo. Nossa bancada recebeu solicitação de apoio, para que as famílias pudessem arar a terra, uma vez que conseguiram um trator, por intermédio do Vice-Prefeito de Ipaba, para fazerem o trabalho da terra, mas precisam de 2.500 litros de óleo diesel para o trator.

Além desse registro, gostaria de trazer, para o conhecimento de todos, um depoimento do Frei Beto, o qual foi veiculado no jornal "Correio da Cidadania", cujo Diretor é o companheiro Plínio de Arruda Sampaio. Esse texto do Frei Beto mostra que a situação da reforma agrária do nosso País não está tendo o andamento devido.

Portanto, é importante trazermos à luz esse texto do Frei Beto, para que possamos avaliar como se encontra a situação da reforma agrária no País. (- Lê:)

"O Velho Mundo Rural

O Brasil é o país do futuro, ouço dizer desde criança. Já ultrapasso meio século de vida e vejo como é difícil transformar sonhos em realidade. Paulo Pontes chegou a escrever a peça "Brasileiro, Profissão Esperança". Como canta o soneto de Camões, aqui "Continuadamente vemos novidades,/ Diferentes em tudo da esperança;/ Do mal ficam as mágoas nas lembranças,/ E do bem, se algum houve, as saudades."

Malgrado o esforço do Governo Federal de prometer, pela boca de Renato Gaúcho, que o País chegará aos 500 anos "inteiraço". Somos ainda uma colcha de retalhos desigual e disforme. E manchada de sangue do genocídio indígena, dos 320 anos de escravidão e, agora, do assassinato sistemático de quem luta por reforma agrária. Para a Igreja Católica, promover a reforma agrária "é uma intervenção necessária para o desenvolvimento harmônico da economia e da sociedade" (documento do Vaticano, novembro de 1997).

Na noite de 11 de junho, o sem-terra Lafayete de Oliveira foi assassinado com cinco tiros à queima-roupa, na região de Bauru, em São Paulo. Deixou mulher e quatro filhos. Na era Fernando Henrique Cardoso, em 1995, foram assassinados 34 trabalhadores rurais e presos 21. Em 1996, foram assassinados 49 e presos 13. Em 1997, foram assassinados 26 e presos 177. Em 1998, foram assassinados 38 e presos 141. Neste ano, foram assassinados 4 e presos 57. Total: 151 mortos e 409 presos, apenas nos dois Governos de Fernando Henrique Cardoso. Só o Governo Jaime Lerner, no Paraná, mantém 21 sem-terras na prisão, dos quais 3 sofreram torturas. Em São Paulo, 7 trabalhadores rurais encontram-se presos.

Os responsáveis por chacinas (Corumbiara, Eldorado dos Carajás, etc.) continuam impunes, enquanto a justiça faz vista grossa aos fazendeiros, que se armam e grameiam telefones de lideranças rurais. Ora, o trabalho redobrado poderia ser evitado se a justiça tivesse acesso às informações dos arapongas da PM e das Forças Armadas infiltrados entre os sem-terras.

O "crime" dos índios foi a recusa de se submeterem ao arbítrio dos colonizadores. O "crime" dos escravos foi desejar liberdade e reconhecimento de sua dignidade humana. O "crime" dos trabalhadores rurais é reivindicar terra no país do latifúndio e trabalho sob o governo do desemprego. Ao ouvir que os ferroviários de Minas decretaram greve, o Governador Milton Campos, à época, ordenou: "Mandem o carro pagador". Todavia, a lição não fez escola. Os sem-terras querem plantar, o Governo dá-lhes polícia. Para sonegadores, Juizes corruptos e saqueadores do Banco Central, complacência. Polícia é para a horda de famintos que, heroicamente, nega-se a dispersar-se pelas cidades e engrossar o cinturão de favelas, mantendo-se organizada e produtiva em assentamentos e acampamentos.

Até os latifundiários sabem que os conflitos no campo só terão fim com a reforma agrária. Como o Governo Fernando Henrique é refém de 1% dos proprietários rurais, que detêm 44% das terras do País, agora suprime o PROCERA, negando crédito às famílias assentadas; corta as linhas de financiamentos especiais para pequenos agricultores; cria o Banco da Terra, para evitar desapropriações e favorecer fazendeiros que fazem da terra um mero negócio, e lança o programa Novo Mundo Rural, para tentar camuflar sua decisão de não promover a reforma agrária.

Em palestra recente na Escola Superior de Inteligência do Exército, Raul Jungmann, Ministro de Política Fundiária, informou que, desde o início do ano, de cada cinco fazendas ocupadas, apenas uma teve o pedido de reintegração apresentado pelo proprietário. Isso demonstra, segundo ele, que "nem tudo o que vem com tanta estridência é conflito aberto". Enfim, o Ministro admite que as ocupações se dão dentro da lei, e até os proprietários reconhecem os direitos dos sem-terras.

De janeiro a maio, o MST promoveu 149 ocupações de terras, o que permitiu o assentamento de 24.519 famílias. Em Pernambuco, de 49 ocupações, apenas 5 proprietários ganharam na justiça a reintegração de posse. No Paraná, a justiça age em sentido contrário: de 28 ocupações, determinou 21 reintegrações de posse. Entidades como a CONTAG e o MST calculam que 440 mil pequenos agricultores perderam suas terras sob o Governo Fernando Henrique. Eis a contribuição oficial ao êxodo rural, ao desemprego e à violência urbana.

O Governo Fernando Henrique promete entregar, ainda este ano, título de posse a 50 mil famílias assentadas, diga-se de passagem, quase todas assentadas graças a ocupações do MST. Por que o Governo não promove desapropriações por iniciativa própria e age sempre a reboque da pressão popular? Porque não tem interesse na reforma agrária. Caso contrário, bastaria retalhar em lotes as terras em mãos do Banco do Brasil, reduzindo a marginalização de tantas famílias e o desemprego e aumentando a produtividade. E, se tivesse pulso, não permitiria que a sonegação fiscal campeasse na zona rural. Transformar uma questão política - a existência de cerca de 15 milhões de sem-terras - em questão de polícia aplaca a ira dos latifundiários. Mas não é a solução. É tentar apagar fogo com gasolina. Talvez fosse bom que o Presidente Fernando Henrique Cardoso relesse o discurso sobre a questão agrária que, ainda na condição de sociólogo, pronunciou na Faculdade de Direito da UFMG, em junho de 1960.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esse é um triste quadro, é a realidade do Governo Federal, que ilude as famílias por meio de demagogia e promessas. As poucas famílias que conseguiram os documentos das terras, como no caso da Fazenda Sacramento, localizada na cidade de Pingo d'Água, conseguiram-nos à custa de muitas lutas e sacrifícios.

Para concluir, trago informações sobre outra luta que está sendo travada no vale do rio Doce pelas famílias assentadas nas terras da Cia. Acesita, na Fazenda Liberdade, no Município de Periquito.

No último mês de julho, houve um "tribunal do latifúndio" na cidade de Coronel Fabriciano, e, como não poderíamos duvidar, o veredicto, a sentença, foi de condenação do latifúndio e dos latifundiários e de absolvição das 300 famílias que se encontram acampadas no Município de Periquito à espera de uma atitude do INCRA, do Governo Federal e do Ministério da Reforma Agrária, para que possam ter dignidade e não vejam seus filhos passando fome e se deslocando da roça, do meio rural, para inchar as periferias das cidades da região. Portanto, fica registrado mais esse fato, pois foi muito importante a realização desse "tribunal do latifúndio". Contamos com participação muita expressiva de lideranças nacionais e de pessoas ligadas aos direitos humanos e à questão da reforma agrária, que, hoje, estão apoiando a luta do MST e a luta das famílias que brigam pela reforma agrária. Muito obrigado.

O Deputado Bilac Pinto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com muita preocupação que me dirijo a esta tribuna para abordar um tema da maior gravidade, sobre algo que vem ocorrendo, hoje, em Minas Gerais, por causa da reforma tributária. Ela já vem em andamento no Congresso Nacional e impõe-se como necessidade inadiável, já que as atuais distorções do sistema têm prejudicado, e muito, o próprio equilíbrio da Federação brasileira.

Minas Gerais, particularmente, tem-se ressentido sobremaneira da situação vigente, pelo que, na qualidade de representante do povo mineiro nesta Assembléia, compartilho a preocupação demonstrada por todos os empresários mineiros, para que se corrijam esses rumos. A guerra fiscal em que se empenham algumas das unidades da Federação, especificamente os Estados de São Paulo e da Bahia, tem provocado profundas distorções, que vêm afetando negativamente a nossa economia, sendo esse o motivo que me traz a esta tribuna. No que se refere aos incentivos do Governo do Estado da Bahia, por meio do Dr. César Borges, quero aqui expressar, com veemência, os meus protestos, porque São Paulo e Bahia estão fazendo não só uma guerra tributária, mas acabando com as indústrias do Sul do Estado de Minas, do Triângulo e de outras regiões do Estado de Minas Gerais. Estamos sofrendo duplamente com essa guerra fiscal. Se São Paulo cresce, é porque o Brasil o sustenta, consumindo 50% de sua produção. Esse Estado pode vender para os outros Estados da Federação, mas nós, mineiros, juntamente com os outros Estados federados, não podemos vender para São Paulo.

Essas medidas vêm aniquilar o parque produtivo mineiro e, por consequência, vêm retirar o fluxo de investimento que Minas vem recebendo. Diversos setores, além dos manufaturados eletrônicos, vêm sofrendo com essa odiosa e irresponsável guerra fiscal. Setores como os de calçados, vestuário, alimentos e o setor atacadista de secos e molhados já contabilizam perdas em vendas e, por consequência, queda em seu faturamento. As microempresas e as pequenas empresas paulistas com faturamento anual de até R\$120.000,00 que concentram 80% de suas compras em São Paulo terão a alíquota de ICMS reduzida de 18% para 1,5%. Já as empresas com faturamento entre R\$120.000,00 e R\$720.000,00 que fizerem 80% de suas compras no Estado de São Paulo têm o ICMS reduzido de 18% para 2,5%.

O Sul de Minas e as outras regiões do nosso Estado, como o Triângulo Mineiro, vêm crescendo, vêm incomodando o Estado de São Paulo, que sempre usurpou do empresariado brasileiro. Nunca foi visto um processo de protecionismo tão grande como esse. Essa retaliação que São Paulo e a Bahia impõem a Minas Gerais é incompreensível aos mineiros. São Paulo vem dando mau exemplo, pois contraria a abertura da economia em bloco, como o MERCOSUL, nas Américas e no mundo, e isso se traduz em desserviço à população, principalmente aos consumidores.

Quero invocar aqui a responsabilidade do Sr. Presidente da República, Dr. Fernando Henrique Cardoso: ou esse cidadão traz para si o destino da Nação ou começo a acreditar naquilo que nunca pensei que pudesse ocorrer: a falta de espírito público da maior autoridade política do nosso País, que, apesar de ter nascido no Rio de Janeiro, foi criado com conceitos políticos do Estado de São Paulo, onde a ganância financeira predomina sobre qualquer sentimento social.

Minas sempre foi o equilíbrio e o consenso da política nacional, e, quando acabarmos com a política, por consequência estaremos acabando com a nossa Federação.

Quero também trazer, neste momento, a minha solidariedade ao Governador Itamar Franco, porque, mesmo sendo Deputado de oposição, é nesses grandes momentos de dificuldades que os homens demonstram o seu espírito público e a sua grandeza. Juscelino Kubitschek, no seu elevado e reconhecido espírito público e com a sua visão de estadista, fez o Brasil crescer e São Paulo chegar a ser a maior metrópole da América Latina. Se não fosse isso, esse Estado estaria hoje trilhando o mesmo caminho que nós, mineiros, estamos buscando com toda dificuldade. O Governador de São Paulo, Dr. Mário Covas, e o Governador da Bahia, Dr. César Borges, não podem entrar nesse processo degenerativo que é a guerra fiscal, principalmente sendo o Governador Mário Covas um dos presidenciáveis do PSDB. Com esse tipo de atitude, ele faz com que Minas não se curve, mas levante sua cabeça e diga-lhe: não aceitamos sua conduta, sua falta de espírito público para com o resto da Nação.

É necessário, é imprescindível que o Congresso Nacional faça rapidamente a reforma tributária, para que ela possa inibir essa irresponsabilidade de guerra fiscal, que resulta em todas essas distorções - afetando negativamente nossa economia -, reconduzindo nosso País, e principalmente Minas Gerais, ao equilíbrio da Federação brasileira.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Ouvi atentamente a última parte do seu pronunciamento, quando V. Exa. condena as ações dos Estados de São Paulo e da Bahia em relação aos outros Estados brasileiros. Concordo com V. Exa. que o Governador está tomando uma atitude firme, não aceitando uma retaliação, principalmente da classe empresarial do nosso Estado, mas, por outro lado, é necessário que o Governo de Minas apresente também um programa de ação para recuperação da economia. Não podemos ficar a reboque do Estado de São Paulo, dependendo das variações positivas ou negativas desse Estado. Sabemos perfeitamente que, se o Governo de Minas não quer entrar na guerra fiscal, tem de apresentar uma programação para recuperar a economia do nosso Estado. Minas é muito grande, existem várias regiões com características próprias, como o Triângulo, o Sul, a área metropolitana, o Norte, o Jequitinhonha, e não temos nenhuma programação específica para elas. Há muita economia a ser recuperada, há muito a ser feito no Estado, há muita discussão a ser provocada sobre a nossa economia, principalmente com o apoio desta Casa legislativa. Acredito que não devemos simplesmente abominar uma atitude do Governo do Estado de São Paulo ou da Bahia, sem apresentar uma proposta. Temos de ter a nossa proposta de desenvolvimento.

Agora mesmo estamos correndo o risco de o Norte de Minas e o Jequitinhonha ficarem fora dos incentivos da SUDENE. Em nenhum momento, Deputado Bilac Pinto, o Governo deste Estado levantou sua voz para defender o Norte de Minas, para defender o vale do Jequitinhonha com relação a essas ações que estão querendo empreender contra nós.

Um Deputado do PT, em Brasília, está apresentando uma programação permanente do semi-árido. Em sua proposta, ele literalmente tira o Norte de Minas e o vale do Jequitinhonha, alegando que fazem parte de um Estado do Sudeste, um Estado rico. Temos que ter nossa proposta, temos que levantar nossa bandeira, temos que lutar para ressuscitar a economia do nosso Estado, mas com propostas próprias e não a reboque, na dependência ou com o cordão ainda ligado à economia de São Paulo. Minas Gerais é forte e pode ter sua economia própria, pode ter sua identidade própria. Para que isso ocorra, é necessário que o Governo deste Estado deixe as picuinhas de lado, deixe suas brigas de lado e segure com as duas mãos a bandeira do Estado de Minas Gerais, mostrando a pujança da nossa economia. Muito obrigado.

O Deputado Bilac Pinto - Deputado Carlos Pimenta, V. Exa. bem sabe do meu posicionamento político como Deputado opositorista que nesta Casa representa o Sul do Estado de Minas Gerais. V. Exa. sabe que em momentos de crise é importante termos grandeza, termos elevado espírito público para resolver nossos problemas. O Poder Legislativo de Minas, a iniciativa privada, através da FIEMG, e o Governo do Estado de Minas Gerais haveremos de encontrar uma solução para os impasses que nos assolam.

Quero também dizer que a guerra fiscal é um processo degenerativo. Ninguém ganha, somente as grandes empresas e os grandes empresários. Todos nós, cidadãos e consumidores, perdemos com ela. Muito obrigado.

O Deputado Adelino de Carvalho - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores da imprensa, senhores que nos acompanham pela TV Assembléia, senhores que nos visitam, hoje está em pauta, para votação no 1º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 4/99, que altera a composição da Região Metropolitana de Belo Horizonte, de que tratam os arts. 7º e 21 da Lei Complementar nº 26, de 14/1/93. Tive a felicidade de participar ativamente da elaboração do Substitutivo nº 1. A Comissão elaborou um Substitutivo nº 2, englobando o Substitutivo nº 1 e a Emenda nº 1, que tratam da incorporação na Região Metropolitana de Belo Horizonte dos Municípios de Matozinhos, Capim Branco e Jabuticubas. Essas cidades, que hoje não pertencem à Região Metropolitana, sofrem uma influência muito grande de Belo Horizonte, como também buscam soluções para a saúde e para a questão do desemprego em Belo Horizonte.

Não nos podemos esquecer da verba conseguida, R\$300.000.000,00, para a construção de unidades habitacionais na Região Metropolitana, e que, se essas cidades estivessem de fora, ficariam excluídas, já que foi priorizada a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Casei-me com uma moça de Matozinhos e moro nessa cidade. Sei das dificuldades que uma cidade tão próxima a Belo Horizonte - e que não pertence a ela - sofre, principalmente com o desemprego, com o preço alto das passagens de ônibus e com a assistência médica hospitalar.

Tenho a alegria e a felicidade de contar com os demais Deputados de todos os partidos desta Assembléia Legislativa para a aprovação desse projeto, pois a minha cidade, bem como as outras cidades inseridas nesse projeto, nesse contexto, especificamente as cidades inseridas no Substitutivo nº 2, contam com essa participação na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esse é o primeiro assunto que gostaria de enfatizar neste pronunciamento.

O segundo assunto que quero enfatizar é a questão de a Assembléia agir de maneira mais rigorosa e fiscalizadora no que diz respeito à administração pública de certos Prefeitos. Sabemos que há inúmeras Prefeituras que estão falidas em virtude da própria situação econômica e da má administração pública gerida pelos seus Prefeitos. Alguns assumiram Prefeituras já falidas, e outros atropelaram as leis que regem a licitação, desviaram verbas e estão respondendo a processo criminal, como é o caso do Prefeito de Matozinhos, que responde a inúmeros processos criminais no fórum local com indícios vergonhosos de desvio de dinheiro público. A Câmara Municipal da cidade de Matozinhos constituiu uma CPI, e misteriosamente cada Vereador com quem o Prefeito conversava em particular ia abandonando a CPI, até que esta não deu em nada.

Como Deputados eleitos pelo povo, como representantes legítimos do povo do nosso Estado, não podemos ficar de braços cruzados quando o Prefeito e uma parcela de Vereadores de um município são coniventes com a corrupção, com o desvio do dinheiro público, com o enriquecimento ilícito de obras não feitas, mas calçadas com notas fiscais frias.

Para que os senhores tenham uma noção do caso de Matozinhos, foi dado um cheque a uma pessoa que não existe, com um endereço falso de um posto de gasolina. Para que os senhores tenham uma noção, a cidade inteira sabe que pontes que já existiam foram reinauguradas. Por exemplo, uma ponte da Rua Ulisses Gomes, que existia há 50 anos, foi reinaugurada como se tivesse sido recém-construída.

Então, diante desses disparates, quero conchamar todos os meus pares desta Casa para que esta Assembléia, como Poder Legislativo, possa atuar mais incisivamente, não somente sobre esse caso específico do Prefeito de Matozinhos, que, nas vésperas da eleição passada, inaugurou um conjunto habitacional que não existia, não existe e nunca vai existir, porque é totalmente clandestino, e que continua no cargo com o recurso de uma cidade humilde, de uma cidade com problemas sérios na área da saúde, em que a Prefeitura até hoje não se manifestou em defesa do povo, porque o Prefeito nem sequer gosta da cidade. Prova disso é que está construindo a própria casa em outro lugar, pois não gosta da cidade que o elegeu Prefeito.

Por último, gostaria de declarar aqui a minha decepção quanto ao primeiro semestre da sessão legislativa nesta Casa. Primeiramente, porque acho que o Poder Legislativo - e é isso que se estuda, é isso que se tem em mente - é independente. O Poder Legislativo é soberano, como também o são os Poderes Executivo e Judiciário. Mas, neste primeiro semestre, para mim foi frustrante ver que pouca coisa se fez.

Mais ainda: estava eu viajando para Caldas Novas - porque não tive condição de ir a Paris, fiquei até muito triste, porque a minha situação financeira não me permitiu - quando fiquei sabendo que, no dia 18 último, foi realizada, dentro desta Assembléia Legislativa, uma reunião clandestina. Senhores, se não abríamos os olhos, isso aqui vai virar uma anarquia. No último dia 18 foi realizada uma reunião clandestina, com pessoas estranhas a este parlamento, em nome de nenhum partido, e debateu-se uma série de coisas que, inclusive, depõem contra esta Casa.

Gostaria de conchamar a imprensa da Casa, em nome da dignidade, para que pergunte ao Presidente em nome de qual partido foi feita essa reunião. Ao nosso Presidente ausente,

pois, infelizmente, o Presidente Anderson Adauto nunca está presente nesta Casa, o que para mim foi uma decepção, muito embora já o conheça de longa data.

Foi uma vergonha o que aqui aconteceu no dia 18. E se começar a falar daquilo que sei - vou inclusive conversar com o Presidente, para ouvir as explicações que tem a me dar, para ver se me convencem - os senhores podem ter a certeza de que o Deputado Adelino de Carvalho não ficará, como no primeiro semestre, calado, ouvindo e muitas vezes sendo um tarefeiro do Líder do Governo, o Deputado Anderson Adauto, porque ele é Líder do Governo, embora esteja ocupando o cargo de Presidente.

Espero que o Deputado Anderson Adauto tome novas posições neste segundo semestre e digo-lhes que estou repensando a minha vida parlamentar. Não entrei aqui para levar vantagem, sou pessoa independente economicamente. Aqui estou para defender os segmentos e a região que me elegeram e quero que esta Casa comece a repensar o que somos. Ouvi tanto discurso no primeiro semestre e, por uma questão de prudência, resolvi manifestar-me agora. Não somos tarefeiros de ninguém, esta Casa é soberana, e somos Poder Legislativo. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Adauto) - A Presidência vai aproveitar a oportunidade para esclarecer ao Deputado Adelino de Carvalho que o Plenário da Assembléia Legislativa foi cedido para a convenção nacional do PMN no dia 17 de julho do corrente, com amparo no art. 314 do Regimento Interno. Esclarece ainda que a solicitação foi feita por competente representação desse partido, o Presidente da sua executiva nacional, Dr. Celso Teixeira Brant, que fez anexar à solicitação cópia da publicação do edital de convocação da referida convenção no "Diário Oficial da União" de 16/6/99. A Presidência esclarece também ao Plenário que foi solicitado, num primeiro momento, através do requerimento do Dr. Celso Teixeira Brant, no dia 28, que a convenção do PMN fosse feita dentro do Plenário desta Casa. A Presidência entende que isso é uma rotina, que a Casa cede o Plenário, independentemente do tamanho do partido, a todos aqueles partidos constituídos que querem fazer sua convenção estadual.

A Presidência esclarece também que recebeu e despachou, no dia 5 de junho, uma correspondência do Deputado Adelino de Carvalho, em que ele solicitava que se procedesse ao cancelamento da convenção nacional do PMN, marcada para o dia 17 de julho no Plenário da Assembléia. Acrescentava que, na oportunidade, renovava à Presidência a expressão de elevado apreço. Muito bem, a Presidência, recebendo esse requerimento de um Deputado desse partido, que faz parte deste Poder, entendeu que deveria fazer uma consulta à Diretoria-Geral da Casa, à coordenação dos trabalhos legislativos, exatamente para que pudesse agir da forma mais isenta possível, porque não compete à Presidência deste Poder entrar na questão interna do partido, principalmente quando está, de um lado, a Presidência do partido e, de outro, um Deputado que faz parte desta Casa. A assessoria técnica parlamentar da Casa entendeu que deveria buscar, de forma rápida, uma posição. O que serviu para convalidar a decisão da Casa, e obviamente a Presidência tomou sua decisão baseada nisso, foi uma publicação do "Diário Oficial da União", que a Presidência aproveita para ler para o nobre Deputado: "Publicado no "Diário Oficial da União" nº 113, quarta-feira, 16/6/99, Partido da Mobilização Nacional - PMN. Edital de Convocação - Convenção Nacional. O Sr. Presidente da Executiva Nacional do PMN, no uso das atribuições que lhe confere o estatuto do partido, de acordo c/c o art. 25, com o art. 33, convoca os membros do Diretório Nacional, os Deputados Federais e membros do Conselho Político Nacional para a convenção nacional do partido, a ser realizada no dia 17/7/99, no horário das 9 às 17 horas, no Plenário da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, sito na Rua Rodrigues Caldas, 30, Belo Horizonte, Minas Gerais, com a ordem do dia para: 1- discutir sobre a reforma do programa do estatuto do partido do Código de Ética; 2 - eleição para o preenchimento de vagas existentes de membros do diretório nacional e de suplentes; 3 - eleger a diretoria da executiva nacional do partido; 4 - eleger os membros do Tribunal de Ética e respectivos suplentes; 5 - assuntos de ordem geral. 27/5/99. (a) Celso Teixeira Brant".

A Presidência esclarece ao Deputado que não nos restava alternativa, já que a Assembléia Legislativa, em todas as suas administrações passadas, sempre cedeu o Plenário da Casa para que as convenções pudessem ser realizadas aqui. No momento dessa decisão, o que havia como prova de quem é ou não o Presidente do partido era a publicação no "Diário Oficial". Baseada na publicação, a Presidência tomou a decisão.

O Deputado Adelino de Carvalho - V. Exa. não tomou conhecimento, mas, primeiro, o Dr. Celso Brant foi suspenso pelo Tribunal de Ética e hoje não ocupa o cargo de Presidente do partido. Segundo, o partido tem aproximadamente 600 parlamentares Vereadores e 18 Deputados. Mesmo sendo um partido pequeno, hoje está presente em quase todos os Estados da Federação e está em grande crescimento. Tem uma executiva. Aquelas 20 pessoas que aqui vieram e fizeram aquela anarquia não representam o partido.

Terceiro, o diário oficial me reconhece - e mandei para V. Exa. uma cópia, mas não sei se a sua competente assessoria lhe passou às mãos a publicação do diário oficial me colocando como Presidente. Por último, há pouco disse à imprensa - e também da tribuna - que a denúncia que tenho contra o Presidente da Assembléia Legislativa, Anderson Adauto, não é nenhuma denúncia no que diz respeito à sua administração e que venha macular o seu trabalho nesta Casa, mas sim de privilegiar alguns Deputados desta Casa.

Por pertencer a um pequeno partido, sinto-me discriminado por V. Exa., como também outros parlamentares devem se sentir. Mais do que isso, hoje me sinto em condição de cobrar de V. Exa. o respeito aos Deputados desta Casa, porque no momento em que me manifestei como Presidente Regional, reconhecido por quem de direito no diário oficial, V. Exa. não poderia, em hipótese alguma, desconhecer ofício enviado por um parlamentar desta Casa.

O partido tinha uma ala que era dissidente, mas que saiu. O Dr. Celso Brant está no partido. Mas, sinceramente, estou envergonhado de V. Exa. estar querendo reconhecer aquela anarquia que houve na Casa no dia 17 de julho como se fosse uma convenção de nosso partido. Volto a repetir, ele está suspenso do partido pelo Tribunal de Ética. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência gostaria de esclarecer que não deseja entrar em um assunto interno de um partido que não é o dele, de forma nenhuma. A única coisa que a Presidência fez, repete, foi, baseada no que foi publicado no "Diário Oficial da União", conceder o recinto do Plenário da Assembléia ao PMN, o que é um procedimento que o Poder Legislativo de Minas adota para todos os partidos que o solicitam, principalmente quando o partido solicita uma convenção estadual. E mais do que isso: o PMN solicitou-nos para fazer uso do Plenário desta Casa para realizar a sua convenção nacional. Acho que é uma honra um partido independente, do tamanho que seja, escolher o Estado de Minas Gerais para fazer a sua convenção nacional.

O Deputado Amílcar Martins* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho, mais uma vez, a esta tribuna para prestar mais uma homenagem a um grande homem público brasileiro, um dos maiores que tivemos em nossa história republicana. Um homem que, pela sua história de vida, sua trajetória pessoal, por sua honradez, por todas as suas qualidades de homem público, deixa uma marca definitiva na vida brasileira contemporânea. Refiro-me ao Presidente de Honra do PSDB, do meu partido, ex-Governador, ex-Senador, o grande homem que foi André Franco Montoro. Um homem que ao longo de sua militância política trouxe para todos nós o exemplo da firmeza e da tolerância, do sentimento de servir a causa pública. Ele muito ensinou a nós, do PSDB, ele que foi o nosso fundador e a principal liderança de nosso partido. Trouxe a lição de que, acima de tudo, acima de quaisquer considerações, o que importa é preservar, assegurar a dignidade do ser humano. Por essa razão, é com enorme tristeza pessoal que, em nome de toda a minha bancada e de todos os militantes do PSDB de Minas Gerais, trago esta homenagem ao nosso Presidente André Franco Montoro.

É com satisfação que anuncio que, numa rápida repassada junto aos companheiros de todos os partidos, já coletei número suficiente de assinaturas para que possamos, ainda neste semestre, prestar uma grande homenagem, uma homenagem à altura desse grande homem que foi André Franco Montoro.

Agradeço, de coração, a todos os colegas Deputados que compreenderam o significado dessa homenagem. Estaremos aprovando ainda hoje esse requerimento para uma reunião especial em homenagem a esse grande político, a esse homem público e batalhador pela justiça social em defesa dos menos afortunados. Esse homem trouxe na sua formação cristã sólida o sentimento humanista para a prática política de todos os dias.

A sua lição de vida deixa marcada uma era definitiva na vida pública brasileira.

O Deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, Deputado Amílcar Martins. Gostaria também de concordar com V. Exa., como a maioria dos Deputados desta Casa e a Bancada do PSDB, e esperamos a aprovação dessa reunião especial, em memória desse grande líder da democracia social em nosso País, o ex-Governador e parlamentar André Franco Montoro.

Sem dúvida, ele deixou uma grande lição para todos nós que amamos a democracia social. Ele merece homenagens. Também sentimos muito a passagem desse grande companheiro e professor de todos nós do PSDB. Agradeço o aparte.

O Deputado Amílcar Martins* - Agradeço o aparte do Deputado João Leite e termino a minha intervenção dizendo que a figura de André Franco Montoro, por sua lição de vida, seus ensinamentos, seu exemplo, ficará marcada na política recente do nosso País.

Todos nós, particularmente aqueles que tiveram o privilégio da sua companhia, da sua presença amigável e solidária, não nos esqueceremos de que o Brasil é pródigo de homens públicos honrados, que se dedicam verdadeiramente à causa pública. E esses exemplos terão que ser preservados para as gerações futuras.

Que nossos filhos e netos saibam que um dia houve no Brasil um homem bem-intencionado e que nos deu lições sobre o cooperativismo, a importância da solidariedade na ação política e a importância de batalhar pela justiça social e colocar acima de tudo, acima de qualquer outra preocupação, a preocupação central de sua vida, que foi preservar a dignidade do ser humano! Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, caros colegas, membros da imprensa, distinta galeria, o período do recesso parlamentar desta Assembléia Legislativa, que findou, foi pródigo em acontecimentos não no âmbito do Legislativo mineiro, mas neste mundo globalizado. Não podemos nos limitar, como Deputados, aos exercícios dos acontecimentos das nossas paróquias.

Eu já dizia, repetindo o saudoso John Lennon, quando fui Prefeito da minha cidade, não só na campanha política, mas também registrado no órgão oficial do Município de Muzambinho, onde fomos Prefeito de 1989 a 1992: "pense globalmente e aja localmente". Por isso mesmo, sou contrário ao voto distrital, que limita a atuação de um parlamentar, seja ele do âmbito estadual ou federal, tornando-o paroquiano.

Há uma prodigalidade de acontecimentos. Primeiramente, queríamos registrar, no âmbito desta Casa, que entendimentos levaram o competente Deputado Fábio Avelar, que está aqui a nossa frente, que tem uma vida toda dedicada à estatal COPASA, que sabe o que representa uma estatal do porte dela, não só para a estratégia de um Estado - Estado no sentido da Federação e também no sentido de Estado Nacional -, a tomar atitudes antiprivatizantes, como nós mesmos, e abandonar o seu partido, baseado principalmente no seu desacordo com o modelo econômico do atual Presidente da República e então líder do seu ex-partido, o PSDB.

Ontem, o bravo e grandioso Deputado Fábio Avelar assinou a ficha de filiação ao nosso partido, o PPS. Queremos saudá-lo por isso, porque, no momento em que ele deixa um grande partido e se desloca para um partido pequeno, sabe muito bem o que está querendo e pretendendo. Normalmente, o fluxo é no sentido contrário: abandona-se um pequeno partido, seja ele de aluguel ou um pequeno partido ideológico, e vai-se para um grande partido. Fábio Avelar faz o inverso, porque percebe que nesse partido há lideranças, como o Senador Roberto Freire, como o ex-Ministro e Governador do Ceará, Cyro Gomes, que estão construindo um novo posicionamento de esquerda neste País, voltada para as aberturas do mundo moderno, mas intransigente na defesa da nossa Pátria e na defesa da nossa sociedade excluída.

Quero saudar, nesta ocasião, o Deputado Fábio Avelar e dizer-lhe da nossa alegria e satisfação por contar com ele como o terceiro membro da nossa bancada. Tenho certeza de que esta bancada crescerá mais e terá ainda mais visibilidade no nosso Estado. Essa visibilidade denodadamente procuramos fazer durante o nosso exercício no mandato passado, quando éramos, solitariamente, o único representante eleito pelo PPS nesta Casa, e agora reeleito para o segundo mandato.

O Deputado João Paulo (em aparte) - Nobre Deputado Marco Régis, o aparte é para cumprimentar V. Exa. pelo crescimento numérico e qualitativo da Bancada do PPS nesta Casa, com a chegada do Deputado Fábio Avelar ao partido. Esse Deputado merece todo o nosso respeito e admiração. Ele tem traçado nesta Casa uma trajetória de amizade, de companheirismo, de competência e de todos os valores que tanto apreciamos. Quisera eu fosse ele agregado ao meu partido, para comandar nossa bancada, mas não tivemos essa sorte.

Cumprimento, portanto, V. Exa. por ter optado pelo PPS. Percebo que faz alguns comentários a respeito de questões sobre as quais tenho entendimento parecido. V. Exa. dizia que é contra o voto distrital. Há muito tempo sou contra o voto distrital. Parece-me que há uma tentativa de se criar um Congresso míope, ou seja, cada parlamentar estaria preocupado com o seu próprio umbigo, sem aquela visão holística e conjuntural que é necessária para um parlamentar da magnitude de um Deputado Federal. Isso é tremendamente pernicioso para a democracia brasileira. Eles estariam poupando a criação de uma grande câmara de Vereadores em Brasília, para cuidar do Brasil como um todo. Isso é um equívoco. Além do mais, o eleitor não quer confusão na hora de votar. Ele não quer saber de um voto distrital misto. Se pensarmos um pouco mais, o eleitor tende a votar na pessoa que conhece. Nesse aspecto, o voto é distritalizado. Quantos ex-Prefeitos revezam o assento nesta Casa, com toda propriedade e dignidade. Então não há a necessidade de tolher o eleitor. Esse voto distrital misto é antidemocrático, ele tolhe o eleitor.

O Deputado Marco Régis - Provavelmente ele é favorável ao poder econômico.

O Deputado João Paulo (em aparte) - Com certeza. O eleitor precisa de mais liberdade. Ele quer, nobre Deputado Marco Régis, o voto facultativo. Ele não quer o financiamento público de campanha e não quer o que eles chamam de fidelidade partidária, porque, na realidade, isso é chantagem partidária. Estariam, nesse aspecto, tentando valorizar, de uma maneira desmedida, os Presidentes de partido e subavaliar e subestimar a figura do parlamentar. Esse, sim, tem voto, mas será cabrestado pelo Presidente de partido. Cumprimento V. Exa. por essa visão, que nos é comum. V. Exa. está de parabéns. Muito obrigado.

O Deputado Marco Régis - Agradeço a intervenção de V. Exa. Com muito prazer, concederei a palavra ao Deputado Fábio Avelar, mas gostaria de fazer alguns comentários sobre a guerra fiscal, com o lamentável episódio dos benefícios concedidos à Ford, para sua instalação na Bahia. Sabemos que esse capital de motel, ou, como chamei em um discurso há tempos, esse capitalismo deletério e prostituído, que apenas muda o local, é instantâneo. O capital é volátil, pela instantaneidade com que se manipulam os botões, mas o trabalho, o emprego, é fixo. Ele recebe incentivos aqui, ali e acolá e vai engordando, cada vez mais, através dessa política e desses governantes atrasados e de má-fé, que vão concedendo benefícios para que esse capital, cada vez mais, explore e nos roube.

Outro assunto que gostaria de abordar aqui e que será tema para reflexão é essa política de bajulação e submissão do Presidente Carlos Menem, da Argentina, que quer se arvorar em aliado estratégico daquela Organização de Tarados e Assassinos Neonazistas, que é a OTAN. Ele quer ser o sócio estratégico, porque o seu país não consegue competir com os países do nosso nível. O Sr. Menem, agora, propõe a invasão da Colômbia, sob o pretexto do combate ao narcotráfico, quando sabe que a guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, mais dia ou menos dia, chegará ao poder daquele país. Será uma glória se chegar, porque, na verdade, precisamos de resistência ao capitalismo e ao imperialismo global, comandado pelos Estados Unidos e pela Inglaterra.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Apenas, nobre Deputado, gostaria de agradecer suas palavras elogiosas. Terei a oportunidade de ocupar esta tribuna para me dirigir aos nobres colegas, mas não poderia deixar de agradecer essas referências e de dizer que a minha ida para o PPS foi uma decisão com muito cuidado, tendo a oportunidade de chegar à conclusão de que esse seria o meu novo caminho a seguir. Não decepcionei minha base, e a prova disso foi a manifestação de apoio, apreço e carinho que tivemos ontem no ato de minha filiação, com a presença de mais de 2 mil pessoas. Realmente isso me demonstrou que tomei o caminho certo, em consonância com as pessoas que me apoiaram. Portanto agradeço suas palavras, e, se Deus nos permitir, estaremos juntos nessa nova caminhada. Gostaria, por fim, de deixar um agradecimento especial aos colegas do PSDB, com quem tive a oportunidade de conviver no início de minha vida pública. Deixo o partido, mas não deixo as amizades que fiz nesse período e que, com certeza, levarei para o resto de minha vida. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Marco Régis - Parabéns, Deputado Fábio Avelar. Sua presença no PPS irá engrandecê-lo e dignificá-lo, assim como V. Exa. engrandece e dignifica esta Casa. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, público presente, gostaria de discutir a importância da autonomia da perícia oficial no Estado de Minas Gerais. Temos tido oportunidade, nos últimos dias, mesmo no recesso parlamentar, de acompanhar a situação grave em que vive a segurança pública no Estado.

Não tenho dúvida de que está colocado para a Assembléia Legislativa do Estado o desafio de dar resposta a esse grave problema. Poderíamos gastar toda esta tarde expondo para os Deputados a situação real.

A legislação que trata da segurança pública no Estado de Minas Gerais é ultrapassada, arcaica, não mais atende de forma adequada os dias atuais. Temos, de um lado, um sistema de segurança ultrapassado e, de outro, o crime, que se torna cada vez mais organizado, com seu armamento, sua comunicação. O nosso sistema de segurança foi criado pela legislação

de 1940, 1950 e, mais modernamente, de 1960.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Aproveitando a oportunidade, lamento profundamente o que está acontecendo praticamente em todas as cidades de Minas Gerais. A Polícia Militar do nosso Estado está praticamente zerada no que diz respeito a combustível, e as viaturas têm uma cota de 20 litros para rodar 24 horas; a maioria delas está fazendo ponto fixo e muitas deixando de registrar ocorrências por não ter petróleo suficiente para atender aos chamados. Isso, lamentavelmente, está acontecendo em Minas Gerais. Colocamos o assunto como palavra oficial porque temos dados que comprovam a nossa denúncia. Obrigado.

O Deputado João Leite - Obrigado pela contribuição, Deputado Alberto Bejani.

Tivemos oportunidade, na última legislatura, de fazer várias críticas ao sistema de segurança, quando era Governador o Dr. Eduardo Azeredo, do meu partido. Fiz várias críticas ao modelo, mas considero que atualmente estamos retrocedendo relativamente ao sistema de segurança pública do nosso Estado. No último Governo, com o trabalho realizado pela Assembléia Legislativa, pela CPI do Sistema Penitenciário, conseguimos aprovar algumas legislações que o atual Governo parece não ter a pretensão de colocar em prática. Parece-nos que o Secretário da Segurança Pública quer colocar seu nome na história de Minas Gerais como "gente que faz". Assim, pretende construir cadeias no nosso Estado. Uma delas, no campo de futebol no vale do Jatobá. Os administradores de Belo Horizonte, quando dispõem de verba do Governo Federal, pensam logo em construir escolas em campos de futebol, o que não é compreensível, pois, em Belo Horizonte, temos mil times de futebol e apenas 60 campos, devido a essa "criatividade" dos administradores de nossa cidade. Pretende, agora, o Secretário da Segurança Pública fazer uma cadeia, para mais de 400 presos, num campo de futebol. A outra pretende construir na Gameleira, tendo, de um lado o Colégio Salesiano, do outro, a Escola Estadual Ordem e Progresso e, nos fundos, as famílias que vivem no Bairro Nova Gameleira. Dessa forma, está empurrando a Polícia Civil para a guarda de presos. Temos, aproximadamente, 8.800 policiais civis em Minas Gerais, sendo que 500 encontram-se no DETRAN trocando placas de carros, licenciando motoristas. Os outros estão guardando presos. Enquanto isso, temos o crime se organizando cada vez mais porque a população de Minas Gerais investiu para ter uma polícia, mas ela se encontra guardando presos, numa função que não é a sua. A função da polícia não é guardar presos.

A função da polícia não é cuidar de licenciamento de motorista, trocar placas de automóveis. A função da polícia é ser polícia, é investigar, montar um inquérito competente, mas isso, infelizmente, a Secretaria da Segurança Pública do Estado de Minas Gerais não quer. Quer então tomar conta do DETRAN, dos presos, e é uma temeridade o que quer o Secretário da Segurança Pública - tivemos recentemente uma rebelião em Unai, onde temos uma penitenciária construída no meio do mato, em que presos cumprem pena, com residência em Juiz de Fora, outros, em Uberlândia, e alguns estão a mais de 1.000km de suas residências. Quer dizer, com procedimentos totalmente contrários às regras mínimas da ONU para o tratamento do preso e contrários a legislação aprovada pela Assembléia Legislativa, que trata da política do tratamento do preso em Minas Gerais. Por quê? Porque vai fazer com que a pessoa cumpra a pena distante da sua comunidade, de seu vizinho, do seu parente, do seu padre ou pastor, distante de todos. Além de cumprir uma pena em regime fechado, numa cela, cumpre outra pena, que é a pena do desterro. É aquela pessoa que está totalmente distante de sua pátria.

Vimos essa rebelião em Unai, com conseqüências que poderiam ter sido muito mais graves. E o Secretário da Segurança quer colocar uma cadeia para mais de 400 presos no centro de Belo Horizonte, com todos os riscos de uma rebelião e com todos os riscos dos grandes depósitos de presos, que, na verdade, não recuperam. Não recuperam, e a história está aí para prová-lo, com 85% de reincidência. O sistema penitenciário de Minas Gerais está falido, e a legislação aprovada por esta Assembléia Legislativa não é reconhecida pelo Governo, que a desconhece. Outra legislação retirou a Polícia Civil, a Secretaria da Segurança Pública, do Fundo Penitenciário Estadual, para impedir que a Secretaria permaneça guardando presos. E agora o Secretário da Segurança está arrumando outra maneira para ficar com a Polícia Civil cuidando de preso. É essa a situação! Temos aí um retrocesso, um retrocesso no sistema de segurança.

Estão chegando a cada momento denúncias sobre a situação em Senhor Messias, por parte de adolescentes infratores. Mais de 130 adolescentes sem nenhuma classificação. Colocamos esse adolescente na zona rural, junto com o adolescente infrator que consome "crack", da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Eles estão juntos lá em Senhor Messias.

Este Governo, na área da segurança pública, na área dos direitos humanos, é um retrocesso. Estamos vivendo um atraso no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Direitos Humanos tem de enfrentar essa situação.

Recentemente, houve a morte de um carcereiro e, logo após, a morte da pessoa que foi presa como uma suposta autora do crime. Vimos a pessoa com a cabeça cortada e outro fuzilado na Avenida Augusto de Lima. Queremos acompanhar, porque isso tem identidade com algo que não queremos mais para Minas Gerais: o Esquadrão da Morte, a pena de morte em Minas Gerais. Temos de enfrentar isso. Os jornais da Capital mostraram na semana passada a Polícia Militar prendendo na Savassi três homens, em frente a um Banco, dentro de um carro. Um estava armado; os outros se identificaram como Detetives. O que estava armado tem mandado de prisão e estava acompanhado de dois Detetives na porta de um Banco. Para fazer o quê?

Os jornais não tiveram acesso ao nome dos Detetives, não tiveram acesso a nada. Estamos vivendo um verdadeiro retrocesso.

O que pretendemos com essa proposta de emenda é retirar algo de que a Polícia Civil está tomando conta no Estado de Minas Gerais e que não pertence a ela, que pertence à justiça, que é a perícia oficial. O Instituto Médico Legal e o Instituto de Criminalística são assessores da justiça, não são assessores órgãos de assessoria do Delegado presidente do inquérito. Eles assessoram a justiça. Podem assessorar o Delegado presidente do inquérito, mas assessoram também o Promotor de Justiça e o Juiz.

Vemos a dificuldade de modernizar as legislações referentes à segurança pública, à Polícia Civil, à Polícia Militar. Creio que a Assembléia Legislativa precisa dar uma resposta, precisa modernizar essas legislações. Temos de colocar a segurança pública de Minas Gerais em condições de enfrentar o crime que se organiza cada vez mais. Por isso, queremos discutir o assunto. Estamos com o parecer do Senado sobre essa proposta de emenda à Constituição.

A Deputado Elaine Matozinhos (em aparte) - Nobre Deputado João Leite, gostaria aqui de, dentro do pronunciamento de V. Exa., como Delegada de Polícia e, portanto, como integrante do quadro da Secretaria de Segurança Pública, dizer que a Polícia Civil não está retrocedendo. Pelo contrário, temos, em Minas Gerais, as melhores polícias do País, tanto civil quanto militar. Precisamos, sim, de mudar a nossa lei orgânica. Sabemos disso. O Sr. Secretário de Segurança Pública, Dr. Mauro Lopes, já está envidando esforços nesse sentido. Brevemente teremos, nesta Casa, uma nova lei orgânica para ser votada.

Quería fazer algumas considerações a respeito da construção de cadeias. Precisamos construir cadeias, Deputado, porque temos 47 mil mandados de prisão para cumprir e não temos onde colocar esses presos. Num campo de futebol? É. V. Exa., como grande goleiro que foi, sabe que o gol nem sempre é para defender a bola, mas que aquele espaço pode estar ali para defender a sociedade, construindo uma cadeia para colocar parte de toda essa população, que precisa, sem sombra de dúvida, estar fora do nosso convívio social, para que tenhamos a segurança pública que desejamos.

Gostaria, ainda, de fazer uma outra consideração a respeito do DETRAN e da perícia. V. Exa., ao longo da sua caminhada na questão do DETRAN, várias vezes fez referências ao DETRAN do Rio Grande do Sul. A nossa ADEPOLC fez aqui um grande congresso e mostrou que lá esse órgão está literalmente falido, que aquilo somente serviu para beneficiar algumas pessoas e que a população do Rio Grande do Sul está penando muito com isso. Agora V. Exa. está vindo com o discurso de DETRAN de Nova Iorque. Mas não se iluda, porque, se precisar, vamos a Nova Iorque para ver se realmente a coisa funciona.

Com relação à perícia, temos certeza absoluta de que esta Casa e a população mineira vão ter bom-senso suficiente para saber que a perícia tem de estar dentro da Polícia Civil. Como vamos trabalhar quando um cidadão é conduzido pela polícia portando uma suposta cocaína, um elemento branco, se não tivermos ali um perito para dizer que aquilo é cocaína e não farinha de trigo? Então a responsabilidade de V. Exa., como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, é muito grande, no sentido de estar até enfraquecendo a instituição Polícia Civil.

Mas, apesar de tudo isso, caro amigo Deputado João Leite, a nossa Polícia Civil, hoje, está até exportando policiais. O Secretário da Segurança Pública do Espírito Santo é mineiro.

Várias vezes nós, juntamente com o Delegado de Mulheres, João Reis, estivemos fora, levando o nosso modelo. Gostaria de, com todo o carinho, dizer que a Polícia Civil é uma grande artilheira, joga bem e trabalha bem. E V. Exa. foi um goleiro, que joga sozinho, vendo os nossos artilheiros. Muito obrigada.

O Deputado João Leite - Gostaria de dizer que não concordamos com a posição da Deputada Elaine Matozinhos. Há muita discussão com relação ao número de mandados de prisão em Minas Gerais. O Ministério Público diz que são 20 mil. A Deputada insiste nesse número, e o Secretário da Segurança Pública anterior também. O Secretário atual insiste no número de 50 mil. O Ministério Público afirma que há pessoas com dois mandados de prisão. Então a polícia insiste nesse número, mas outras instituições não o reconhecem. Consideramos que a pena do regime fechado é falida. As discussões, em todo o mundo, mostram que a solução está nas penas alternativas, ou seja, em colocar os presos para trabalhar. O melhor modelo é o alemão, que tem 87% das penas cumpridas alternativamente, com 15% de reincidência, contra uma reincidência de 85% do regime fechado.

E a Deputada insiste para que sejam construídas cadeias e para que a Polícia Civil cuide dos presos. Detetives e Delegados foram formados para cuidar de presos e guardar celas ou para trabalhar nas ruas? Essa é uma discussão que não interessa à população de Minas Gerais, que quer o policial trabalhando nas ruas. Vemos, cada vez mais, o policial, que foi formado para garantir a segurança pública nas ruas, fazendo trabalho administrativo. Ninguém quer trabalhar nas ruas mais. Sabemos que a população precisa dos policiais guardando as ruas e atendendo as pessoas. É para isso que a sociedade paga, para que o policial fique nas ruas, cumprindo o seu trabalho. Não concordo que o local para se construir uma cadeia ou uma escola seja um campo de futebol, apesar de ser a escola muito importante e nem tanto a cadeia. Sei que muitos elementos têm de estar em uma cadeia, cumprindo pena em regime fechado, mas não creio que todas as penas tenham de ser cumpridas em regime fechado. Aquela pessoa que fez algo contra a sociedade tem de pagar com trabalho, mas não no campo de futebol. A Deputada desconhece totalmente o déficit que há com relação a áreas de lazer em Belo Horizonte. Não há mais locais para os jovens praticarem esporte. Os campos estão acabando. E ela ainda apóia o Secretário da Segurança Pública, que quer construir uma cadeia em um campo de futebol. Estarei dentro do gol no dia em que mandarem o trator e chamarei outros atletas de Belo Horizonte, que se formaram em campos de futebol, muitos do vale do Jatobá, para formarmos um time, no campo, fazendo uma manifestação contra a construção de uma cadeia no local. Isso é inaceitável e é contra a lei. É contra o bom-senso acabar com um local de lazer para fazer uma cadeia ou qualquer outro empreendimento. Mas a vontade de defender é tanta que defendem a construção de uma cadeia em um campo de futebol. Gostaríamos de dizer que alguns setores da polícia irão até Nova Lorque para ver se está dando certo.irão fazer um patrulhamento lá, para ver se está dando certo manter o DETRAN com a Polícia Civil, para manter os presos com a Polícia Civil e para manter a Dutra Ladeira com a Polícia Civil, a fim de que a polícia cuide dos traficantes que estão cumprindo pena.

Isso não interessa à população de Minas Gerais. Isso tem que ser enfrentado pela Assembléia Legislativa. É inaceitável esse modelo que estamos vendo, pois não ajuda em nada. Vimos, agora, um homem com mandado de prisão, ao lado de dois Detetives, na frente de um Banco, armado, fazendo o quê? A "Veja" desta semana mostra o Delegado João Reis, a situação da polícia no País e uma pesquisa que constata que a nossa população tem medo da polícia. Essa situação tem que ser enfrentada, discutida e melhorada. A polícia pode ir a qualquer lugar para manter o que foi conquistado, mas essa conquista não interessa à população de Minas Gerais, que quer a polícia nas ruas e um novo modelo de polícia, ao invés dessa com dois sistemas de comunicação e dois comandos.

Não queremos brigas, como a ocorrida na Savassi, entre Polícia Militar e Polícia Civil. Elas brigaram porque dois Detetives, que foram muito bem encaminhados pela Polícia Militar, estavam com um cidadão que portava arma, sem ter, entretanto, o porte de armas. A Polícia Militar o encaminhou muito bem à delegacia, mas houve briga.

Temos dois sistemas de comunicação, sem que uma polícia tenha acesso ao banco de dados da outra, e dois comandos. Como isso pode dar certo? Temos um modelo de Polícia Militar com 12 postos entre o Coronel e o Soldado. Como isso vai dar certo? É impossível. Mas nós queremos que dê certo, e a Assembléia Legislativa precisa enfrentar a situação, pois esse modelo tem que ser mudado. Temos aqui homens e mulheres escolhidos pela população de Minas Gerais que precisam debruçar-se sobre esse problema, propondo mudanças, pois elas não acontecem na segurança pública desde 1940, quando meu pai entrou na Polícia Civil. A Lei Orgânica vigora desde 1950, e ninguém quer mudá-la.

Por isso, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, estamos propondo mudanças, e elas são várias. Infelizmente, temos um Governo que retrocede. Se, no último Governo, algumas leis foram aprovadas, neste Governo estamos vendo uma clara pretensão de não obedecer à legislação. O Secretário da Segurança Pública vai passar por cima da lei. Como exigir da população de Minas Gerais obediência à lei se o Secretário da Segurança Pública não vai cumpri-la? Iremos novamente ao Ministério Público, para denunciar se a lei não for respeitada. O Secretário não pode continuar com sua pretensão de construir cadeias, pois essa Secretaria tem que fazer segurança pública, como está na Constituição. Ela não existe nem para construir cadeias nem para cuidar de presos. Estaremos atentos a essa questão.

Gostaria também de falar aos Deputados a respeito de um estudo feito pelo Senado Federal com relação à autonomia da perícia oficial. Isso é algo consagrado por todos os movimentos de direitos humanos e muito importante. O que queremos? Esta foi uma proposta da CPI do Sistema Penitenciário: queremos que, no Instituto Médico Legal, o médico que faz exame de corpo delito seja dirigido por outro médico, por um perito, e não por um Delegado.

Por que a CPI do Sistema Penitenciário propôs isso? Durante nossa primeira visita com a Comissão ao DEOESP, órgão dirigido, à época, pelo Delegado João Reis, os presos denunciaram um local denominado "igrejinha" como sendo um local de tortura. Naquela visita fomos acompanhados pela TV Assembléia. O cinegrafista filmou todo aquele local, e a fita foi guardada junto com os demais documentos da CPI. Pedimos que aquela sala fosse lacrada e que lá fosse feita uma perícia. O Juiz, a quem foi dirigido o pedido, determinou que o Instituto de Criminalística fizesse a perícia. Foram designadas as peritas Érika e Acidália, do Instituto de Criminalística.

A perícia foi feita. No entanto, foi denunciado à CPI que o Diretor do Instituto de Criminalística, Delegado Ronaldo Jacques - que hoje é Diretor do DETRAN-MG -, não aceitou a perícia realizada pelas duas peritas e designou outros dois peritos para fazerem outra perícia, que foi encaminhada à CPI. De posse de tal perícia, comparamos as fotos retiradas pelos dois peritos com o filme feito pelo cinegrafista da TV Assembléia. Constatamos que o cenário do local denominado "igrejinha" foi totalmente transformado, mudado para iludir a Assembléia Legislativa, para iludir uma CPI. Fomos informados de que, no outro dia, o Delegado João Reis foi ao encontro do Dr. Ronaldo Jacques para pedir que fossem mudados os peritos. Perguntei ao Delegado João Reis, durante uma reunião da CPI, o que ele havia ido fazer, no outro dia, no Instituto de Criminalística. O Delegado respondeu-me - e isso faz parte dos documentos da CPI - que havia ido lá para fazer Carteira de Identidade. Como se o Delegado João Reis precisasse comparecer ao Instituto de Criminalística para fazer sua Carteira de Identidade, justamente ao dia seguinte ao do pedido de perícia, que foi determinada pelo Juiz.

Procuraram iludir-nos, manipularam grotescamente a perícia. Até hoje, também, não temos a perícia do incêndio que ocorreu na Assembléia Legislativa, nos gabinetes dos Deputados Ivair Nogueira, o relator, e Antônio Júlio. Como conviver com isso? A Assembléia Legislativa precisa enfrentar essa situação; precisa enfrentar a situação da segurança pública no Estado de Minas Gerais; tem de mudar as legislações. A Assembléia Legislativa de Minas Gerais tem culpa, porque não enfrenta tal situação, tornando-se refém do "lobby", dos pedidos para que a legislação não seja mudada. Assim, continuamos com essa legislação obsoleta, ultrapassada, arcaica, com esse modelo que não responde mais aos anseios da sociedade mineira.

Precisamos dar uma resposta. A Assembléia Legislativa é que deve dar essa resposta. É claro o posicionamento do Senado, é claro o parecer dos relatores, são claras as manifestações do País inteiro com relação à autonomia da perícia oficial. Várias instituições dizem que esse é um distanciamento saudável, a fim de que a perícia tenha autonomia.

O neoliberal, como o Governo do Estado gosta de tratar o Presidente Fernando Henrique Cardoso, colocou no texto do Programa Nacional de Direitos Humanos, no capítulo da luta contra a impunidade, que era importante a autonomia da perícia oficial nos Estados, ligando-a às universidades, à pesquisa, para a busca da excelência e para que essa perícia oficial pudesse, cada dia mais, dar ao presidente do inquérito, ao Promotor, à justiça, condições de conhecimento, para que as pessoas sejam ou não condenadas. Está claro! O neoliberal Fernando Henrique Cardoso fez essa colocação, mas esse Governo não quer isso. O que quer é o retrocesso nos direitos humanos, o retrocesso em todos os campos, e a cada semana lança um factóide, como o que estamos vendo nesta semana: que o Governador do Estado vetou a subvenção social. Ora, está claro que o Governador vetou foi a nossa emenda, a emenda da Oposição, que diz que o Governo tem de dar publicidade, demonstrar onde está utilizando a verba de subvenção social, como a Loteria Mineira, que está dando verba de subvenção social em vários municípios, e não sabemos. É isso o que estamos pedindo. Mas o Governo já disse a todos que o Governador, cumprindo compromisso de campanha - coisa que alguns Deputados até aceitaram -, não aceita a subvenção social distribuída pelos Deputados. Outro factóide, porque não foi isso o que ele vetou; o que vetou foi a publicidade da subvenção social que a Secretária de Assistência Social, da Criança e do Adolescente está destinando agora, e não sabemos para quem; com a qual a Loteria Mineira está fazendo uma festa, e não sabemos para quem. Foi isso. Vou ajudar a derrubar esse veto do Governador neste Plenário, e espero que os Deputados que queiram fiscalizar os atos do Governo ajudem a derrubar esse veto. E que derrubem mais esse factóide desse Governo, que quer esconder essas coisas e dizer que é um Governo de centro-esquerda, progressista, com o Sr. Newton Cardoso e com esse PMDB... Já disse e repito que espero que o PSDB saia desse Governo Federal neoliberal, do Sr. Eliseu Padilha, do PMDB, que permitiu essa greve dos caminhoneiros e, depois de dois dias de paralisação, disse que não sabia que existia uma greve. E nosso País correndo o risco de uma convulsão social por causa dessa greve, conduzida por esse PMDB, que de manhã está no Governo de Fernando Henrique Cardoso e, de noite, aqui na Assembléia Legislativa, fala mal do neoliberal Fernando Henrique Cardoso. Já não podemos aceitar essas coisas. Fala de um Governo autoritário e conservador de Fernando Henrique Cardoso, mas quer que permaneça essa situação da segurança pública em Minas Gerais, quer que permaneça essa situação dos direitos humanos em Minas Gerais. Vamos completar um ano da realização do seminário legislativo "Direitos Humanos e Cidadania" na Assembléia Legislativa, e nada foi feito por esse Governo para termos um programa estadual de direitos humanos. Nada! Foi criada uma Secretaria Adjunta de Direitos Humanos, mas nada foi dado ao Secretário. Temos a Ouvidoria de Polícia, e o Ouvidor de Polícia, o Sr. José Roberto Resende, tem de ser um herói para trabalhar com o que lhe foi dado por esse Governo: nada. O Deputado Alberto Bejani acabou de fazer a denúncia de que os carros da Polícia Militar não têm combustível para atender às chamadas da população de Minas Gerais. Estamos vivendo um retrocesso em nosso Estado, com esse Governo.

O jornal "Estado de Minas" de hoje traz uma pesquisa, uma sondagem que diz que a avaliação negativa de Itamar Franco está em 30%. Avaliação negativa, já se aproximando oito

meses do Governo. Trinta por cento das pessoas avaliam negativamente esse Governo. Já não o aceitam. E tem mais aqui: o percentual que considerava esse Governo positivo caiu também: de 27% para 22,4%.

O Deputado Miguel Martini (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado João Leite. Tenho acompanhado atentamente o pronunciamento de V. Exa., que chama a atenção para fatos realmente graves. Estou aqui para dizer que concordo com esse pensamento de V. Exa., principalmente quanto a fatos políticos sem nenhuma medida positiva de benefício para a sociedade mineira.

Vejam a subvenção social, que não foi vetada, mas que aparece nos jornais como se tivesse havido veto. Mas vamos imaginar que fosse, vetada, porque até agora o orçamento está prevendo a subvenção e não chegou nenhum recurso. Estou muito à vontade, porque desde julho abri mão dessas subvenções. Mas abrir mão dessas subvenções de indicação de Deputado significa dizer que, em vez de distribuir essa subvenção como Deputado vou fazê-lo por meio de outro órgão: SETAS, SETASCAD, Fundo Estadual de Ação Social, enfim, algum órgão há de ser. O fato é que se tirou o recurso daqui e não se colocou em lugar nenhum. O Governo Federal, esse, eu diria mais, "desgoverno federal", também ele não faz nada. Estamos vendo as creches fechar, as crianças passar fome e os velhinhos morrer sem que, pelo menos, haja um cuidado mínimo. Nós, que viajamos pelo interior, e as pessoas fazem questão de nos levar a esses asilos, a essas creches, ficamos com o coração partido. O que queremos é uma ação deste Governo. Se ele acha que não deve ser da forma como está, então, faça corretamente. Não dá é para fazer o discurso da moralidade e, por detrás, na verdade, estar incompetentemente conduzindo o processo. Quem é que no País vai fazer ação social, se o Governo Federal não faz, se o Governo Estadual não faz? Se o único meio por que se fazia - por causa da pressão social dos Deputados aqui - era a subvenção social, que já não se usa - e ele se orgulha de dizer que não paga subvenção social -, quem vai cuidar das creches, quem vai cuidar da recuperação de drogados? São pessoas, como os vicentinos, que estão fazendo um trabalho maravilhoso, cuidando dos velhinhos e das crianças. São essas organizações não governamentais, essas entidades que estão fazendo o que é dever do Estado. O Estado não faz e vem criando esses factóides. Quem lê o jornal pensa: "Que medida maravilhosa!". Mentira! Engodo! Na verdade, o povo mineiro está abandonado, e, a cada vez que viajo - estou voltando do interior agora, assim como todos os Deputados -, ouvimos as reclamações: "Onde está o nosso dinheiro? Onde está o meu salário? Onde estão os benefícios? Onde estão as propostas que foram feitas?". Eu disse: "É bom examinarmos em quem vamos votar".

Então, quero só acrescentar esse fato, porque hoje a imprensa está falando muito disso, mas o fato é que estão abandonados. Tirou-se da Assembléia a subvenção, mas não a colocaram em lugar nenhum. Esse é que é o grave problema. Essa é a denúncia que tem de ser feita.

O Deputado João Leite - Obrigado, Deputado Miguel Martini, mas o mais grave não é se abrir mão da subvenção. O que o Governador vetou foi a possibilidade de o Deputado fiscalizar a subvenção que está sendo destinada pelo Executivo. Vamos abrir mão de fiscalizar? Não podemos fazer isso. Na verdade, subvenção social está sendo liberada através da Loteria Mineira. É isso que queremos saber. Queremos fiscalizar. Para quem está sendo liberada essa subvenção? Estamos acompanhando, e infelizmente é isso. É só discurso. Vamos ficar agora semanas na briga Itamar Franco X Mário Covas. É impossível para esse homem, como foi impossível em relação ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, conversar com o Governador Mário Covas, discutir. Ele não conversa, está com raiva, vai brigar. Penalizado vai continuar o Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, quero continuar a discutir. Na nossa avaliação, essa é uma matéria muito importante. Gostaria que neste Plenário estivessem mais Deputados, para que eu pudesse continuar a discutir.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Convite nº 21/99 - Objeto: reforma, fornecimento e instalação de condicionadores de ar. Licitante vencedora: Cetest Minas Engenharia e Serviços S.A.